

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

KOZY, J. *A depravação da América*. 30 out. 2011. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/john-kozy-a-depravacao-da-america.html>>. Acesso em: 30 out. 2011.

MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. *O que é capital fictício e sua crise*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MÉSZÁROS, I. *Ideologia e ciências sociais*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social*. São Paulo: Cortez, 2002.

PRADO, L. C. D. *Globalização*. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/download/index.php>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

ROSSI, C. Mercados reinventam a guilhotina. *Folha de S. Paulo*. 08 nov. 2011. [online]. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/1002889-mercados-reinventam-a-guilhotina.shtml>>. Acesso em: 09 nov. 2011.

STIGLITZ, J. *Como tirar proveito da longa crise*. 14 ago. 2011. Disponível em: <<http://sergyovitto.blogspot.com/2011/08/joseph-stiglitz-como-tirar-proveito-da.html>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

TAVARES, M. C. "Colapso do neoliberalismo sob o tacão dos ultra-neoliberais: é a treva!". Entrevista a Saul Leblon. *Carta Maior*, 05 ago. 2011. [online]. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18189>. Acesso em: 05 ago. 2011.

WALLERSTEIN, I. *O tempo em que podemos mudar o mundo*. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/10/14/o-tempo-em-que-podemos-mudar-o-mundo/>>. Acesso em: 14 out. 2011.

* Professor do Dept de Economia/UFPI, Mestre em Economia/ UFC e Doutorando em Políticas Públicas/ UFMA.

O CAPITALISMO TARDIO BRASILEIRO E O INÍCIO DO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE EXPORTAÇÕES

Por Antonio Carlos de Andrade*

Resumo: o artigo discute e analisa a perda de competitividade recente da indústria brasileira, com os produtos manufaturados e semimanufaturados perdendo mercado, tanto internamente como no mercado externo, ao passo que os produtos básicos brasileiros - principalmente os agrários - vêm crescendo na pauta de exportação, que parece fazer o País retornar à sua condição de agrário-exportador.

Palavras-chave: Capitalismo tardio. Perda de competitividade. Processo de substituição de exportações.

1 Introdução

A perda recente de competitividade da indústria brasileira na área de manufaturados é algo preocupante, não somente para os industriais do setor, mas para toda a economia do País, pois se está substituindo produtos manufaturados e semimanufaturados produzidos pela indústria brasileira pelo processo de substituição de exportações (PSE). As causas são conhecidas: supervalorização do câmbio frente às principais moedas do mundo, mormente ao dólar; carga tributária estratosférica, elevado custo dos principais insumos, como a energia elétrica, além de uma infraestrutura de transportes de qualidade entre regular e péssima. O setor tem-se ressentido com a escassez de mão de obra especializada, o que tem feito os salários subirem bem acima da sua produtividade, e isso tem refletido fortemente na queda das exportações de bens manufaturados, em contrapartida ao aumento da importação dos mesmos, especialmente dos países asiáticos.

Essas e outras discussões foram inspiradas em uma notícia lida na mídia, na qual Lamucci (2011, n.p.) comentava a informação da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex):

A dificuldade de competir fica evidente quando se nota que, em maio [2011], a produção da indústria de transformação se encontrava praticamente no mesmo nível de setembro de 2008, apesar de o consumo ter crescido com força no período - as importações atenderam boa parte dessa demanda. As exportações de manufaturados também vão mal. Entre 2005 e 2010, o volume das vendas des-ses produtos encolheu 15,8%.

O objetivo deste trabalho é discutir e analisar as causas da perda de competitividade da indústria brasileira nos últimos anos. Para tanto, faz uma revisão histórica do processo de industrialização brasileiro, desde a sua gênese até os atuais dias, com base nas teses que tentam explicar como ocorreu a industrialização no País e quais foram as molas propulsoras desse processo; apresenta, ainda, um estudo de caso de uma indústria brasileira que passa por esse processo; e

demonstra que a perda de competitividade não decorre de ineficiência das empresas brasileiras, mas de uma incapacidade atroz de sucessivos governos de reduzir as cargas tributárias, tanto sobre as empresas como sobre a população - com um agravante: esses recursos desaparecem e não se transformam em benefício para a população, seja em educação, saúde e segurança, só para citar o trio mais reclamado pelo povo brasileiro. Também as empresas são penalizadas, pois a mão de obra que contrata, via de regra, tem que ser capacitada e treinada internamente, uma vez que a educação básica pública (ensino fundamental e médio) é ineficaz.

O artigo está estruturado em cinco seções, além dessa introdução. A seguir, encontram-se as teorias explicativas do processo de industrialização do Brasil e as causas do atraso do referido processo. A terceira seção busca explicar a industrialização através do processo de substituição de importações (PSI) recorrendo ao pensamento de Celso Furtado e de outros economistas, discorrendo sobre o governo de Juscelino Kubitschek (JK) e as crises política e econômica pós-Plano de Metas. A quarta seção mostra como a crise do endividamento externo e o processo inflacionário impossibilitaram o PSI, bem como qual a saída encontrada pela economia brasileira depois de duas décadas perdidas, abordando a aceleração da inflação e a crise da dívida externa, nos anos 1980, e a abertura econômica, a privatização da economia e o fim do processo inflacionário da economia brasileira, na década de 1990. Na quinta, procura-se demonstrar, através de dados quantitativos, como o País começou a voltar à velha condição de pré-anos 1930, isto é, de agroexportador, com a pauta dos produtos manufaturados e semimanufaturados diminuindo paulatinamente, com uma tendência a zerar no médio prazo, e um crescente aumento de produtos básicos, bem como dos produtos primários, além dos minérios de ferro aglomerados e não aglomerados e óleos brutos de petróleo exportados pela economia brasileira, configurando-se um processo de substituição de exportações (PSE), ilustrado através de um estudo de caso de uma empresa brasileira que, durante anos, foi líder no ramo de calçados e vem perdendo fôlego diante da maneira predatória de agir do governo brasileiro. O trabalho finaliza com as considerações, críticas e sugestões de como se pode reverter esse quadro dantesco pelo qual passa a indústria nacional.

2 A Crise dos anos 1930 como propulsora do processo de industrialização no Brasil

O processo de industrialização na economia brasileira teve início em fins do século XIX; foi um caminhar lento que muitas vezes crescia nas franjas do processo global da economia mundial, como, por exemplo, durante a I Guerra Mundial e após a crise do capitalismo em 1929. A elite cafeeira brasileira, que detinha renda, preferia adquirir para si e para os seus parceiros produtos manufaturados importados dos países europeus e, mais tarde, dos Estados Unidos da América (EUA). A origem dos capitais iniciais na formação desse capitalismo foi da indústria cafeeira,

2.1 As teorias explicativas do processo de industrialização do Brasil

As duas versões para explicar o processo de industrialização brasileiro são: (a) a teoria da crise da agroexportação - vinculada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), tendo como idealizadores Raúl Prebisch e Celso Furtado -, que ficou conhecida como teoria dos choques adversos, e (b) a teoria da industrialização induzida por exportações.

A primeira afirma que a indústria teria surgido no Brasil para solucionar as dificuldades de importar produtos manufaturados em certos períodos como durante a I Guerra Mundial e a Grande Depressão, iniciada em 1929, quando a queda no valor das exportações deu início a um protecionismo que favorecia a indústria nacional, como, por exemplo, o aumento da sua rentabilidade. As crises da agroexportação criavam condições para que a economia brasileira se voltasse para o mercado interno, capitaneada pela indústria, ao invés de pelos produtos agrários, por motivos óbvios: a) a crise agravava o balanço de pagamentos, dificultando as importações pelo encarecimento das mesmas e reduzindo a demanda de exportações pelo estrago que fazia nos preços dos bens no mercado externo, com a consequente *brack* dos capitais e empréstimos tão necessários para o financiamento dos *deficits* em conta corrente; b) a solução de se recorrer à desvalorização da moeda nacional encarecia os produtos importados que, por sua vez, gerava as condições necessárias para o crescimento da indústria nacional, pela derivação de um mercado interno, uma vez que propiciava uma mudança nos preços relativos em prol da indústria local; c) a crise, ao instalar-se, reduzia a capacidade de

arrecadação de tributos (impostos sobre exportação para o governo federal e imposto de exportação para os governos estaduais), o que levava os governos a praticar uma política monetária expansionista para cobrir ou reduzir os *deficits* de seus orçamentos;

d) com a base monetária aumentada, via mudança na política monetária, atendia-se aos setores empresariais com mais créditos financeiros, e também se contribuía para baixar a taxa de juros, favorecendo as empresas que atuavam no mercado interno; e

f) a crise - na medida em que reduzia a capacidade de arrecadação de tributos pelos governos, ao mesmo tempo em que provocava *deficits* na balança comercial - favorecia a que aqueles aumentassem as tarifas incidentes sobre os produtos importados, o que levava, indubitavelmente, à mudança dos preços relativos em prol da produção doméstica (FONSECA, 2011, p. 249).

Quanto à teoria da industrialização induzida por exportações, esta afirma que a industrialização no Brasil surgiu em períodos de expansão da indústria do café, quando se dava a expansão da renda e do mercado interno, mormente através do crescimento da massa salarial na economia e, ainda, através do aumento da oferta de divisas para a importação de máquinas e equipamentos necessários à expansão da indústria (BRESSER-PEREIRA, 1977).

Acrescente-se que esses períodos foram favorecidos, principalmente, pelo efeito-renda das exportações do café, com a criação de “riqueza, capital, mercado e infraestrutura, estrada de ferro, portos, eletrificação e economia urbana em geral”, que “criava condições para a industrialização, associando-a à própria necessidade de diversificação da riqueza, principalmente do comércio importador e exportador, um dos setores de maior lucratividade no contexto da agroexportação.” (FONSECA, 2011, p. 251).

2.2 Causas do atraso na industrialização

Diferentemente dos demais países que tiveram a sua industrialização tardia (após Inglaterra, Bélgica e França, por exemplo), o Brasil não soube ou não pôde seguir o exemplo da Alemanha, que queimou etapas no processo de industrialização e que não repetiu erros dos países seminais.

A escravidão, que no Brasil quase virou o século XIX - durando três séculos e meio -, foi fruto de uma elite política que se confundia com a classe produtora (cana-de-açúcar, ouro e café) e que não conseguia ver no processo produtivo outra forma de

força de trabalho que não fosse a escrava. O Brasil foi o penúltimo país a decretar o fim do tráfico de escravos; o último foi Cuba. É claro que esse sistema de produção não foi uma invenção somente do Brasil, ele pôde ser visto do sul dos EUA ao Plata argentino, percorrendo a grande *plantation* e a mineração. Sem o trabalho assalariado e com uma elite que só adquiria produtos estrangeiros, sobrava pouco espaço para o crescimento da indústria local. Soma-se a isto ainda o fato de que o País era quase que completamente analfabeto, uma das condições que impedem o desenvolvimento do processo de industrialização, segundo Landes (1998); além das condições listadas por Furtado (apud NICOL, 2011, p. 180), confira:

a) a ausência de uma base técnica adequada, o que implicaria a importação de máquinas para se implantar as novas indústrias, a qual só poderia ocorrer se tivéssemos uma adequada capacidade de importar; b) a exiguidade do mercado interno; c) a inexistência de uma complexa organização comercial que viabilizasse a distribuição dos produtos num mercado pulverizado geograficamente; e d) a ausência de uma política de industrialização, já que o país era dirigido por uma classe de grandes senhores agrícolas escravistas.

A escravidão teve vários matizes, mas foi somente com a importação do negro africano que foi criado um *modus operandi* inovador, pois nunca se havia transferido aquela quantidade de seres humanos de um continente para outro de um modo persistente e contínuo. Não se tratou de uma escravidão tal qual vista na Antiguidade (gregos, romanos, persas, assírios, egípcios etc.); a escravidão de negros africanos tinha um duplo caráter: ganhava-se com a utilização da mão de obra e também com o seu tráfico. Antes mesmo do descobrimento da América, a escravidão já existia dentro da África. Além de se tornar a principal atividade econômica da coroa portuguesa, a escravidão arrancou dos solos africanos um contingente humano nunca antes visto na história da humanidade: somente os portugueses fizeram “aproximadamente 12 mil viagens entre os portos africanos e o Brasil, trazendo, vivos, 4 milhões de negros.” (ALENCASTRO apud GALA, 2011, p. 34). Pelo menos um terço ou mais pode ter morrido no curso dessas viagens.

3 A Industrialização através do processo de substituição de importações

Foi somente após a “revolução” de 1930 que o processo de industrialização no Brasil ganhou ritmo e celeridade com o PSI. Este, no seu início, consistia na substituição dos produtos

manufaturados que o País importava, e que não exigia tecnologia ou bens de capital.

A política do “café com leite”, com mineiros e paulistas revezando-se no comando da política nacional, iniciada em 1906, no Convênio de Taubaté, onde estiveram presentes os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, teve um só propósito: manter a política de valorização do café. Entre as sugestões e medidas desse encontro de cafeicultores, o que lhes interessava era que a União comprasse e armazenasse todo o café excedente, de modo a manter os preços do café estáveis. Por trás dessa ideia, existia outra: contrair um empréstimo no valor de 15 milhões de libras a ser usado para aquisição do excedente da oferta e para a criação de um fundo para a Caixa de Conversão para a manutenção da estabilidade do câmbio. Ao deixar o governo, os políticos do “café com leite”, apeados que foram pela “Revolução de Trinta”, deixaram um rombo nas contas externas brasileiras. Em 1930, o País devia aos banqueiros do exterior o quádruplo do que se exportava em um ano. Isso levou a economia brasileira a manter-se longe dos empréstimos privados externos e, por conseguinte, do endividamento. Os poucos capitais externos que entraram na economia brasileira eram oriundos de investimentos diretos ou de governos, como os do Eximbank (SOUZA, 2009).

O Brasil só retornaria à corrente de empréstimos privados externos em meados dos anos 1960, no governo da ditadura militar, com um endividamento crescente até a chegada da crise da dívida externa na década de 1980.

Logo passadas a crise de 1929 e a “Revolução de Trinta”, a economia brasileira iniciou um período de purgação, isto é, os investimentos externos desapareceram e o crescimento deu-se para dentro, através de impostos e do Estado. Em um segundo momento, a partir de 1930, o PSI passou a ser a bússola na condução do crescimento econômico que se assentou na indústria; e esta foi a responsável pela determinação dos níveis de renda e de emprego. Se durante o chamado período do “café com leite”, vale dizer, na República Velha, a indústria cresceu impulsionada pela dinâmica do setor exportador da época, a partir de 1933, passou a “liderar as taxas de crescimento da renda e do emprego, ao mesmo tempo [em] que as culturas de exportação sofriam os revezes da crise internacional.” (FONSECA, 2011, p. 248). Mas se uma característica do PSI era a de substituir um produto importado, produzindo-o internamente,

criava-se ao mesmo tempo uma mudança na pauta de importação do País - de máquinas e equipamentos para a indústria.

Furtado (2011, p. 280) demonstrou que, nos anos da depressão (1929 em diante), uma dupla ação contribuiu para a redução das importações: a contração das rendas monetárias e real, bem com a elevação dos preços relativos das mercadorias importadas. Logo, pode-se concluir que, mesmo com o valor das mercadorias importadas reduzindo-se de “quatorze por cento para oito por cento da renda territorial bruta [satisfazia-se] com oferta interna parte da procura que antes era coberta com importações”, e segue explicando essa dinâmica, ao afirmar (FURTADO, 2011, p. 281):

Depreende-se facilmente a importância crescente que, como elemento dinâmico, irá logrando a procura interna nesta etapa de depressão. Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital. A precária situação da economia cafeeira, que vivia em regime de destruição de um terço do que produzia com um baixo nível de rentabilidade, afugentava desse setor os capitais que nele ainda se formavam.

Convém salientar que partes dos capitais que anteriormente eram investidos nos cafezais passaram a ser transferidos para outros setores da agricultura de exportação, mormente o algodão, cujo preço no comércio internacional durante boa parte da depressão manteve-se estável, beneficiando os produtores e exportadores dos EUA, o que foi percebido pelos produtores brasileiros, que também se aproveitaram dessa oportunidade; e, já em 1934, o valor da produção local desse produto (o valor que o produtor agrícola recebia) já equivalia a 50% do valor da produção cafeeira, ao passo que essa mesma relação não passava de 10% quando do início da crise, em 1929 (FURTADO, 2011).

Se, por um lado, o PSI libertava a economia brasileira da secular sina de país importador - desde a época do exclusivismo comercial português, passando pelo período da ditadura de consumo dos senhores cafeicultores, que tudo importavam -, substituindo, paulatinamente, a cada dia, novos produtos; por outro lado, criava uma nova amarra, qual seja, a de país importador de máquinas e equipamentos.

No início, a depreciação do valor externo da moeda brasileira limitava a capacidade do setor

privado, ligado à indústria, de aumentar sua capacidade produtiva, o que levou a um aproveitamento intensivo da capacidade instalada. Furtado (2011) cita o exemplo da indústria têxtil, que teve sua produção aumentada sem ter havido inversões naquele setor. Isso é claro supor que iria aumentar a rentabilidade dos capitais aplicados e que mais tarde propiciaria a criação de capitais sobrantes dentro do próprio setor industrial para posterior inversão. Furtado (2011, p. 282-283) ainda levanta a possibilidade de a indústria local ter adquirido no exterior, a preços mais em conta, máquinas e equipamentos usados (de segunda mão). Segundo ele, “Algumas das indústrias de maior vulto instaladas no país, na depressão, o foram com equipamentos provenientes de fábricas que haviam fechado suas portas em países mais fundamentalmente atingidos pela crise industrial.”

Em tese de doutorado, Mello (apud SOARES, 2011, p. 292) discute o caráter da industrialização brasileira, que, para ele, tem origem colonial e, portanto, a dificuldade encontrada para que a mesma desse um “salto tecnológico, ter acesso à tecnologia e mobilizar capitais para montar o departamento de bens de produção capaz de libertar a acumulação da fragilidade da estrutura técnica do capital”. Para Mello (apud SOARES, 2011), entre 1930 e 1955, o que ocorreu na economia brasileira foi uma industrialização restringida, ao invés de um PSI, uma vez que a limitação da capacidade de importar restringia o setor, embora houvesse o processo industrial pelo qual se dava a dinâmica da acumulação.

3.1 O Governo JK e os “cinquenta anos em cinco”

Para estudiosos como Mello (apud SOARES, 2011, p. 292), o processo de constituição de forças produtivas capitalistas na economia brasileira só iria ser completado com a chegada da industrialização pesada, no Governo JK, com o seu Plano de Metas. E isso só foi possível com uma forte participação do Estado e com a vinda das empresas multinacionais, principalmente as europeias. Foi no Governo JK que se montou o setor de “ponta do departamento de bens de produção e o setor pesado do departamento de bens de consumo para capitalistas”. Ele vai mais além em sua análise desse capitalismo tardio, ao afirmar que os meios de produção e a força de trabalho contaram com uma escalada nos investimentos públicos, principalmente na produção e

distribuição de energia e em transporte rodoviários [o Plano de Metas em si], o que contribuía para a “geração de demanda dentro da própria fração já existente do departamento de bens de produção, operando mecanismo de reforço e de retroalimentação” (SOARES, 2011, p. 292). Vale destacar no governo de JK que o produto interno bruto (PIB) expandiu-se a uma taxa média de 7,0% ao ano, ao passo que a indústria cresceu em um ritmo bem maior: 13% ao ano (SANDRONI, 2005).

É uma análise ao modo de Michael Kalecki, quando se constata o estabelecimento de relações entre os departamentos de bens de produção, de bens de consumo dos trabalhadores e de bens de consumo dos capitalistas (departamentos I, II e III, respectivamente), o que viria a formar integralmente, segundo Soares (2011, p. 292), as “bases técnicas necessárias para a autodeterminação do capital e impondo uma dinâmica especificamente capitalista ao processo de acumulação.”

Se, por um lado, JK entregou aos seus governos sucessores um país moderno, com uma industrialização pesada, sob a liderança dos setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital (particularmente material de transporte e material elétrico), embora ela não conseguisse se auto-sustentar por um período prolongado, por outro lado, segundo Tavares e Beluzzo (1982), ele entregou também um país com a economia em descontrole.

Como se pode constatar pela Tabela 1 adiante, a inflação no seu primeiro ano de governo dobrou, quando passou de 12,2%, no ano anterior à sua posse, para 24,6%, em 1956 - isso foi reflexo de uma queda acentuada na produção agrícola daquele ano, fruto de frustração de safra. Nos anos seguintes, a economia voltou a crescer, mesmo tendo uma seca em 1958, que assolou quase todos os estados nordestinos, atingindo uma área de 500 mil km², onde havia cerca de 3,7 milhões de pessoas ocupadas na agricultura, sendo os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba os mais atingidos. Naquele ano, o governo federal chegou a empregar 550 mil flagelados, que foram distribuídos em diversas “[...] frentes de trabalho do DNOCS, DNER, Exército Brasileiro, DNPCR e do Ministério da Agricultura” (ANDRADE, 1996, p. 53).

Por conta do flagelo daquele ano, o Governo JK foi instado pela sociedade civil brasileira, mormente pela igreja católica da região, a realizar algo de concreto em benefício do Nordeste no combate às

secas seculares, em uma reunião dos bispos da região, em Natal (RN). Disso resultou a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que seria o embrião da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), cujo primeiro superintendente foi Celso Furtado.

Furtado era economista de origem nordestina, da cidade de Pombal (PB), e um estudioso da economia brasileira já renomado naquela época, fruto de três trabalhos seus sobre a economia brasileira: “*L'économie coloniale brésilienne: xiè et xviiè siècle*” (tese de doutorado defendida em 1948, na Universidade de Paris); “Características gerais da economia brasileira” (artigo publicado na Revista Brasileira de Economia, em março de 1950); e o livro “A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento” (publicado em 1954, numa pequena edição financiada pelo próprio Furtado).

A publicação do clássico “Formação Econômica do Brasil” dar-se-ia somente em janeiro de 1959, depois de uma reflexão de 10 anos, desde a defesa de sua tese de doutorado em Paris; além dos nove anos como economista da Cepal e do ano letivo (1957-1958) em Cambridge, por convite de Nicholas Kaldor, professor daquela universidade inglesa na época. Cambridge era, ainda, um refúgio de

expoentes discípulos de Keynes (já falecido à época) e macroeconomistas, tais como: James Meade, Richard Kahn, Joan Robinson, Piero Garegnani, Amartya Sen e, claro, o próprio Kaldor (FURTADO, 2009).

Embora o PIB tenha crescido 10,8% em 1958, houve uma queda expressiva do PIB *per capita*, que recuou para 185,20 dólares naquele ano, contra 263,30 dólares no ano anterior (cf. Tabela 1). Outro fator negativo herdado pelos governos que sucederam JK foi o alto endividamento externo, que passou de 953 milhões de dólares, em 1955, para 3,393 bilhões de dólares, em 1960 - um aumento de 253% em cinco anos. O destaque em 1961 foi que a economia cresceu 8,6%, resultante dos investimentos pesados realizados pelo governo e multinacionais que chegaram para completar a indústria de bens de consumo, principalmente.

Quem fez uma crítica ao governo de JK e aos seus sucessores foi o economista e ex-presidente do Banco Central do Brasil (Bacen) Gustavo Franco (2010, n.p.), quando afirmou:

Tudo começa [processo inflacionário], lá pelos anos sessenta, quando o governo descobriu que pintar pedaço de papel para pagar suas contas é um instrumento de fazer o bem, ou seja, construir cidades, como Brasília ou outras coisas. Vem o governo militar e combina duas coisas: uma anestesia, ou seja, a capacidade de indexação,

Tabela 1 - Brasil: alguns indicadores macroeconômicos. 1955-1990

Indicadores	Taxa de crescimento do PIB (%)	Índice geral de preços (IGP) (%)	PIB - indústria - valor adicionado - preços básicos (1)	PIB <i>per capita</i> em US \$ 1,00	Dívida externa líquida em US \$ milhões
Anos					
1955	8,8	12,2	26,58	189,60	953
1956	2,9	24,6	28,23	235,70	2.128
1957	7,7	7,0	28,86	263,30	2.017
1958	10,8	24,4	32,15	185,20	2.405
1959	9,8	39,4	33,94	225,50	2.794
1960	9,4	30,5	33,19	243,50	3.393
1961	8,6	47,8	33,53	238,80	2.821
1962	6,6	51,6	33,57	260,50	3.248
1963	0,6	79,9	34,18	303,40	3.397
1964	3,4	92,1	33,68	265,10	3.050
1965	2,4	34,2	33,24	276,50	3.340
1966	6,7	39,1	34,21	338,30	3.350
1967	4,2	25,0	33,45	361,60	3.242
1968	9,8	25,5	36,34	383,90	3.835
1969	9,5	19,3	36,88	409,50	3.979
1970	10,40	19,26	38,30	454,20	5.053
1971	11,34	19,47	38,83	511,20	5.561
1972	11,94	15,72	39,51	596,10	7.281
1973	13,97	15,54	41,92	832,10	8.441
1974	8,15	34,55	43,16	1.069,60	14.763
1075	5,17	29,35	43,27	1.225,50	21.075
1976	10,26	46,26	43,03	1.418,60	25.601
1977	4,93	38,78	41,78	1.595,20	30.695
1978	4,97	40,81	43,08	1.769,60	40.292
1979	6,76	77,25	43,57	1.910,30	46.114
1980	9,20	110,24	44,09	2.001,30	57.346
1981	-4,25	95,20	44,31	2.124,60	66.456
1982	0,83	99,72	45,77	2.182,50	81.493
1983	-2,93	210,99	44,35	1.491,00	89.182
1984	5,40	223,81	46,20	1.447,10	90.132
1985	7,85	235,11	47,97	1.585,80	93.563
1986	7,49	65,03	47,20	1.888,90	104.443
1987	3,53	415,83	47,51	2.041,90	113.730
1988	-0,06	1.037,56	46,76	2.787,00	104.371
1989	3,16	1.782,89	46,34	2.868,10	105.827
1990	-4,35	1.476,71	38,69	3.172,00	113.466

Fonte: Giambiagi et al. (2005) (1) IBGE/SCN, referência 2000, anual.

correção monetária, mecanismos que permitem que alguns segmentos da sociedade convivam com inflação de modo pacífico, e repressão.

Trata-se de uma clara alusão aos investimentos inflacionários de JK, no período de 1956 a 1960, pois o *deficit* do governo federal esteve por volta de um terço do que a União arrecadava na sua totalidade. Todo esse desequilíbrio fiscal era para financiar uma grande quantidade de obras públicas governamentais, cujo centro de todas elas era a nova capital do País: Brasília.

No que diz respeito às contas públicas, o quadro desenhado nos “anos dourados” não era nada bom, haja vista que o *deficit* dobrou entre 1956 e 1963, e os governos seguintes tiveram que desacelerar o crescimento econômico do País para combater o processo inflacionário que se instalava na economia, já que o índice geral de preços (IGP) disparou e atingiu os 92,1% em fins de 1964 (cf. Tabela 1), com o País sob nova direção: a dos militares golpistas. Embora o golpe militar de 1964 não seja objeto de estudo deste trabalho, não se pode perder de vista que, desde a volta da Guerra do Paraguai, os militares, principalmente os do Exército brasileiro, vinham ensaiando a derrubada do governo para eles mesmos assumirem os destinos políticos do País, diferentemente do que haviam feito em 1930, quando derrubaram Washington Luiz da presidência da República e entregam o governo a Getúlio Vargas.

3.2 Crise política e crise econômica pós-Plano de Metas

Nos anos seguintes a 1958, o que se observa até 1962 (Tabela 1) é um crescimento do PIB a taxas expressivas. A partir de 1963, o PIB entrou em declínio e só retomaria o crescimento com a chegada do “milagre” brasileiro, em 1968, com exceção do ano de 1966, que apontou um crescimento de 6,6%, depois de amargar um crescimento medíocre de 2,4% no ano anterior (1965). Não se pode perder de vista que, naquela época, a população brasileira crescia a uma taxa próxima de 3%, logo, qualquer índice de PIB abaixo desse número significava renda *per capita* negativa.

Um fato curioso desses “anos dourados” é que o café deixou de ter preeminência na economia brasileira, e a perda de importância como principal *commodity* do País coincidiu com o processo de industrialização no Brasil. Assim é que, em 1900, as exportações do café significavam para a pauta de exportações brasileira do começo do século XX o maior produto exportado, 65% do total. Note-se

que o café respondia por dois terços das exportações. Somando-se açúcar (6,0%) e algodão (15%) ao café, o percentual é de 86%, ou seja, três produtos concentravam quase a totalidade de nossas exportações (PINHO, 2011).

Mas o que teria levado a economia brasileira a entrar em queda a partir de 1963? A redução no ritmo dos investimentos ao nível do Plano de Metas. O esgotamento do mercado interno também foi outro fator que contribuiu para que acontecesse a curva de inflexão do crescimento da economia, por não haver uma política para exportar os produtos industriais brasileiros, até porque a própria política de proteção à indústria nacional tornava os produtos brasileiros pouco competitivos, quando comparados com os dos países centrais, em preços e em qualidade.

Também não se deve descartar a instabilidade política durante todo o governo de Jânio Quadros, que perdeu apoio parlamentar no Congresso e que o levou a renunciar ao seu mandato presidencial, em um gesto ainda incompreensível. Uns achavam que foi uma tentativa de golpe que se frustrou em si mesmo. Outros, como este autor, achavam que ele era doido mesmo. Ademais, após a sua renúncia, o País passou por diversas turbulências, mormente após o vice-presidente João Goulart ser efetivado na presidência da República graças a um efêmero parlamentarismo que durou 16 meses. Com a volta do presidencialismo e a posse de Jango como seu representante legítimo, as “cassandras” nos quartéis deram início ao plano de derrubada do governo. O que se seguiu todos conhecem: derrubada de Jango pelos militares e uma ditadura por eles instalada no País, cujo comando durou de 1964 a 1985, com sucessivos quatro presidentes gerais.

4 As crises econômicas e o fim do PSI

O PSI foi completado às avessas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), quando não foi dada ênfase à indústria de bens de capitais, por vários motivos; o principal deles foi o esgotamento dos financiamentos bancários via capitais do exterior. Além da crise do sistema capitalista que havia começado em 1973 e que se agravou em fins da década de 1970, também se esgotara a capacidade de pagamento do Brasil.

A crise do México, que decretou a moratória de sua dívida externa, acendeu a luz vermelha no sistema financeiro internacional e, por conta da falta de financiamentos externos, a crise da dívida

se alastraria por quase todos os países da América Latina. E o Brasil, que se endividou fortemente, principalmente durante o II PND, não escapou da crise; foram 20 anos (de 1980 a 2000) com a economia patinando em um crescimento médio por volta de 1,2%. Levando-se em conta que o crescimento populacional naquela mesma época foi em média de 1,3% ao ano, vale dizer que foram duas décadas perdidas e que o brasileiro entrou no século XXI ganhando, em termos de renda *per capita*, o mesmo que ganhava nos anos 1980. Foi um período no qual se conjugou baixo crescimento com alta inflacionária, o que os economistas denominam de estagflação. Isso foi péssimo para o desenvolvimento industrial, que só atendia às classes média e alta, privilegiadas com a alta concentração de renda gerada pelo modelo de crescimento econômico oriundo dos 21 anos de ditadura militar no País (1964-1985), mas, principalmente, do período do “milagre econômico” (1968-1973). Esses foram os filhos da tecnoburocracia, como bem salienta Bresser-Pereira (1986).

A crise fiscal e financeira pela qual passou o Estado brasileiro impediu que se continuasse a manter o mesmo ritmo de crescimento que vinha obtendo durante o período do “milagre”, com média de crescimento do PIB de 11,2%, combinado com redução das taxas de inflação, caindo de 25,5%, em 1968, para 15,5%, em 1973 (cf. Tabela 1).

4.1 Anos 1980: aceleração da inflação e crise da dívida externa

Os anos 1980 e 1990 foram bastante significativos para a nação brasileira: involução econômica e avanço no campo político. Se, por um lado, durante vários anos as diversas equipes econômicas tentaram através de diversos planos econômicos uma saída para o processo inflacionário da economia, por outro, marcou a volta da democratização do País.

Os planos econômicos: Cruzado I e II, Bresser, Verão e “Arroz com Feijão” - todos no governo de José Sarney, que a partir de 1986 sucederam-se, embora com sucessos efêmeros - constituíram-se em um inferno econômico para o povo brasileiro, foi um real fracasso político, econômico e social.

O governo militar retirou-se do cenário político brasileiro entregando a presidência da República ao governo de Tancredo Neves e José Sarney - o primeiro governo civil depois de Jânio Quadros e João Goulart -, com uma inflação anual de 223,81% (em 1984) (cf. ainda a Tabela 1).

No final do Governo Sarney, em março de 1990,

a inflação chegou aos incríveis 82,39% naquele mês, medido pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano de 1989, último do Governo Sarney, a inflação atingiu 1.972,91% e os meses de janeiro, fevereiro e março de 1990, 65,55%, 75,73% e os incríveis 82,39% ao mês, respectivamente. Também a dívida externa disparou, quando passou de 90,1 bilhões de dólares, em 1984, para 105,8 bilhões, em 1989, no final do mandato do Governo Sarney, num crescimento de 17,4%. A impressão que se tem é que o presidente Sarney e sua equipe econômica desistiram da luta contra o processo inflacionário no último ano de seu mandato; e, quanto à dívida externa, essa parecia não ter solução.

Então, o problema (inflação e endividamento externo) passava para o próximo presidente, Fernando Collor de Mello, do PRN, que foi eleito diretamente pelo povo, em eleições no segundo turno, contra o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), do PT, que haviam deixado para trás políticos como: Leonel Brizola, Paulo Maluf, Guilherme Afif Domingos, Mário Covas, Ulysses Guimarães e outros, com destaque para o médico Enéas Carneiro (Prona), em eleições ainda no primeiro turno, quando concorreram 22 chapas. Tudo isso, após 30 anos da última eleição presidencial que ocorrera em 1960.

Na década de 1980, o PIB apresentou quatro anos de crescimento negativo: em 1981 (-4,25%), em 1983 (-2,93%), em 1988 (-0,06%) e em 1990 (-4,35%). Destaque-se que entre 1981 e 1983 o crescimento do PIB foi ridículo, cujo índice em 1982 foi de 0,83%. A renda *per capita* do brasileiro recuou de 2.124,60 dólares, em 1981, para 2.041,90 dólares em 1987, atingindo os menores níveis em 1983 e 1984, 1.491,00 e 1.447,10 dólares, respectivamente. A indústria, medida pela sua participação no PIB, elevou-se à média dos anos 1980, passando para 45,49%, contra os 42,22% dos anos 1970 (cf. Tabela 1).

O problema de combate à inflação era muito mais complicado do que imaginavam as equipes econômicas dos diferentes governos, e foi somente no governo de Itamar Franco, com o Plano Real, em 1994, que se encontrou uma solução com a equipe econômica comandada pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, da pasta da Fazenda, o qual relutou em deixar o ministério das Relações Exteriores, pois o Itamar Franco já havia trocado de ministro da Economia por quatro vezes e, com

certeza, Fernando Henrique não desejava ser o próximo a ser defenestrado, por Franco.

4.2 Os anos 1990: abertura econômica, privatização da economia e fim do processo inflacionário da economia brasileira.

Os anos da década de 1990 iniciaram com um novo governo, como já aduzido. O presidente Collor de Mello, além de lançar um plano econômico esdrúxulo, surpreendentemente, sequestrou a maioria dos ativos financeiros da economia e executou um congelamento de preços de bens e serviços, como também políticas de intensificação da abertura econômica e de privatização.

Quando a população brasileira acreditava que estava livre de experimentalismos na economia do País - Planos Cruzado I e II, Bresser, Verão e "Arroz com Feijão" -, o primeiro presidente eleito diretamente pelo povo, depois de Jânio Quadros, aplicava também seu plano econômico, o Plano Brasil Novo, ou Plano Collor, o qual, por ter sido lançado no mesmo dia de sua posse isto é, no dia 15 de março de 1990, prejudicou os trabalhadores brasileiros, que só tiveram garantida a inflação do mês anterior - fevereiro -, perdendo a inflação dos primeiros 15 dias de março. Ademais, o congelamento de preços não foi respeitado, porque àquela altura dos acontecimentos, após sucessivos planos e choques, ninguém mais acreditava em tais medidas. Mas o confisco dos ativos financeiros foi algo novo, nunca tentando anteriormente, nem mesmo durante a ditadura militar, que tudo podia. Não se tem notícia de fato similar nem na história econômica mundial. O plano Collor foi uma verdadeira jabuticaba econômica (a jabuticaba é um fruto que só existe no Brasil).

No início do seu governo, Collor de Mello lançou a chamada nova Política Industrial e de Comércio Exterior (Pice), que Erber e Vermulm (apud CASTRO, 2005) entendem tratar-se de uma espécie de pinça, com uma perna que estaria destinada a incentivar a competição e outra a incentivar a competitividade. Entretanto, parece que apesar de ter crescido os recursos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento (P&D), uma vez que passam de 0,5% do PIB, em 1989, para 1,3%, em 1994, já como um resultado prático da Pice, o que funcionou mesmo, na prática, foi a parte da pinça que incentivou a competição. Até porque a competitividade depende de muitas variáveis que levam tempo para maturar em uma sociedade, começando com educação; centros de qualidade

em ciência e tecnologia; capacitação de mão de obra, em todos os níveis (do chão de fábrica aos gabinetes da presidência); domínio por grande parte da população de um segundo idioma, só para citar algumas.

As reformas econômicas - promessas de campanha eleitoral - prosseguiriam com mudanças na política de comércio exterior adotando o câmbio livre, algo impensado desde os anos 1930, com a intensificação do programa de liberalização da política de importação que começou no final do Governo Sarney. O Governo Collor de Mello começou extinguindo as listas de produtos importados que tivessem suspensa a emissão de guias de importação, cerca de 1.300 deles inclusos no chamado Anexo C, e ainda os regimes especiais de importação, menos para os produtos da Zona Franca de Manaus, bens de informática e os que eram fabricados com insumos importados e revendidos ao exterior (*drawback*). Era o início do fim da mais importante maneira de controle quantitativo de importação de bens, que passaria a ser através das tarifas cujas alíquotas cairiam a cada ano, de 1990 até 1994, e cuja moda ficaria em 20%, para um intervalo de 0% a 40% de variação, o que daria certo espaço de tempo para que os empresários brasileiros se preparassem para uma competição com os produtos estrangeiros, o que não acontecia desde muitas décadas (CASTRO, 2005).

A abertura econômica pressionou bastante e de maneira incisiva a indústria brasileira, que nem teve tempo suficiente, segundo empresários, para se adaptar a uma concorrência de bens similares importados (muitos deles de melhor qualidade e preço menor). Muitas empresas tradicionais ou fecharam suas portas ou foram adquiridas pelos capitais estrangeiros. Houve ainda diversas fusões de empresas nacionais no intuito de ganhar escala e mercado. Mas foi com o início do processo de privatização das empresas estatais brasileiras que o Governo Collor ficaria marcado como o "puxador" do trem da privatização. Ao todo, conforme o BNDES (2002), ao longo dos governos de Collor de Mello e Itamar Franco, foram privatizadas 33 empresas federais, cujos principais setores abrangiam a siderurgia, petroquímica e fertilizantes, sendo arrecadada nos leilões das vendas a quantia de 8,6 bilhões de dólares e foram transferidos para os seus compradores 3,3 bilhões de dólares em dívidas dessas empresas vendidas.

O fim trágico do Governo Collor de Mello, sendo

expurgado (sob acusação de corrupção) do Palácio do Planalto através de um processo de impedimento movido pelo Congresso Nacional não interrompeu o processo de abertura da economia, que prosseguiu com a posse do vice-presidente Itamar Franco - cuja maior virtude talvez tenha sido livrar a economia brasileira do longo e duradouro processo inflacionário que se instalou no País em fins dos anos 1950, no governo de JK, e que perdurou até o do Plano Real, em 30 de junho de 1994, sob a liderança de Fernando Henrique, cuja passagem pela pasta da Fazenda foi meteórica: de maio de 1993 a março de 1994, quando deixou o ministério para se desincompatibilizar do cargo público e concorrer à presidência da República, cargo que ocuparia por dois mandatos de quatro anos, e, em ambas as eleições, derrotando o mesmo candidato das oposições: Lula.

5 A desindustrialização brasileira: PSE

O que se tem visto nos últimos anos é uma inversão na pauta de exportação dos produtos brasileiros: queda na venda dos produtos manufaturados e aumento dos produtos agrícolas. A cada dia diminui a competitividade dos produtos industriais brasileiros. Em 1980, a indústria de manufaturados participava com 25% na economia brasileira; em 2010, essa participação caiu para 16%. No ano de 2011 manteve-se no mesmo patamar, indicando o início da estagnação (MDIC, 2011). Uma comparação entre o ano de 2011 e o de 2010 já demonstra a tendência de diminuição nas exportações dos produtos manufaturados brasileiros, que se reduziram para 36,7%, em 2011, contra os 39,4%, no ano anterior, do total exportado, numa variação de -6,85. Já os produtos semimanufaturados sofreram uma redução de -2,14%, pois passou de 13,7%, em 2011, para 14,0%, em 2010. Os produtos básicos, como era de se esperar, continuaram avançando no comércio mundial, uma vez que tiveram um crescimento nas suas exportações de 6,5%, resultado de 47,5% do total exportado em 2011, para 44,6%, em 2010 (MDIC, 2011, 2012).

No que diz respeito às importações de bens de consumo, em 2011 houve um ligeiro aumento no percentual do total importado em 2010, de 17,7%, contra 17,3%, uma variação de 2,3%. A importação de bens de capital caiu, mesmo diante da baixa do preço do dólar quando os empresários poderiam renovar e/ou ampliar o parque industrial brasileiro, uma vez que o percentual de bens de capitais

importados em 2011 recuou para 21,2% do total das importações, uma queda de -6,2, comparados aos 22,6%, de 2010. (MDIC, 2011, 2012).

Pode ter sido uma boa estratégia do empresariado nacional, uma vez que os negócios enfraqueceram a partir do segundo semestre de 2011, por conta da crise financeira que se abateu sobre o mercado europeu, principalmente, o que acabou resultando num crescimento pífio de apenas 0,3% da indústria nacional, em 2011, quando comparados aos 10,5%, em 2010. Também se deve levar em conta que estava prevista uma recessão econômica para os países desenvolvidos para os anos 2011 e 2012, segundo alguns analistas (cf. TEIXEIRA JR; NAPOLITANO, 2011).

As importações de bens intermediários também recuaram em 2011, porém, com menor ímpeto do que os bens de capital: -2,4, resultado de uma participação de 45,1%, em 2011, para os 46,2% de 2010. O que cresceu na participação nos importados foi a conta "Petróleo e Combustíveis", já que esta aumentou em 15,1% do total importado, passando para 16,0%, em 2011, contra os 13,9% de 2010. Isso é bastante peculiar, uma vez que a Petrobrás afirma que a nossa produção de óleo é maior do que o nosso consumo e, no entanto, a importação do petróleo é crescente. Talvez essa seja outra ponta a ser investigada, porém, nesse trabalho não há espaço para tal.

É normal a redução da participação da indústria na economia devido ao crescimento dos serviços, mas o que se tem notado é que no Brasil esse processo tem-se acelerado devido à supervalorização do real frente ao dólar. Basta verificar como o País foi invadido por produtos estrangeiros, principalmente oriundos da China.

A sanha do governo brasileiro na cobrança de impostos parece não ter limites. Hodiernamente, os brasileiros pagam impostos de países de primeiro mundo e recebem serviços públicos subsaarianos; e, a cada ano, o governo avança mais a carga tributária sobre o PIB. Já na metade do mês de setembro de 2011, o brasileiro havia pago cerca de 1,0 trilhão de reais em impostos, nos três níveis: federal, estadual e municipal. Observa-se que o governo, quando mexe nas regras, em uma tentativa de melhorar as condições das empresas brasileiras, o faz de maneira equivocada. Recentemente, à guisa de proteger as indústrias locais, como a automobilística, por exemplo, retomou o protecionismo, tal como ocorrido em meados do mês de setembro, quando elevou em 30 pontos

percentuais o imposto sobre os produtos industrializados de veículos produzidos fora dos acordos do Mercado Comum do Sul (Mercosul), México e Uruguai, ou mesmo montados no Brasil, sem um índice de nacionalização de mais de 60%. Ao invés de reduzir a carga de impostos sobre os carros brasileiros (hoje perto de 50%) o governo acaba com a concorrência entre os carros locais e os importados. Essa medida impactará os preços dos importados entre 25% a 28%. O ex-presidente Collor de Mello, deve estar morrendo de rir na sua cadeira de senador da República, com a volta das carroças brasileiras protegidas pela volta do protecionismo nacional. (DALTRO; OYAMA, 2011).

O pior é que o governo brasileiro cobra cerca de 20% de tributos sobre os investimentos (máquinas e equipamentos importados). Um contrassenso, quando se quer tornar o País uma potência industrial e competitiva. Um levantamento realizado pelo Depecon (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, apontou que, apesar do consumo do brasileiro ter crescido 103% de janeiro de 2003 a maio de 2011, o volume da produção industrial cresceu apenas 32%, isso incluindo ainda a indústria de material de construção civil e de automóvel; numa clara demonstração de perda de participação da indústria brasileira no mercado interno e do avanço dos produtos importados, principalmente dos países asiáticos. Por conta disso, houve uma inversão no resultado da balança comercial das indústrias de transformação, excluindo as indústrias de extração mineral e construção civil, que se tornou negativa (PADUAN; PIMENTA; VETTORAZZO, 2011).

O grupo de países asiáticos exportou para o Brasil, em 2010, cerca de 56,1 bilhões de dólares, aumento de 55,3%, quando comparado ao ano anterior, significando 30,9% de nossas importações. Em seguida, aparece a União Européia com um total de exportações no valor de US\$ 39,121 bilhões, uma variação de 33,9% de nossas importações comparadas com 2009 e 21,5% de tudo o que se importou do resto do mundo. Logo após, aparecem os países da América Latina e Caribe, cujos valores somaram US\$ 30,819 bilhões, uma variação de 35,5% em relação a 2009, significando 17,0% de todas as importações brasileiras em 2010 (MDIC, 2011),

Vale destacar que, em 2010, somente dos países integrantes do Mercosul, o Brasil importou 16,612 bilhões de dólares, numa variação 26,7%,

quando comparado com 2009, pouco mais de 9,0% do total importado pela economia brasileira em 2010. Finalmente, os EUA, de quem se importou 27,249 bilhões de dólares, 35,0% de variação em relação a 2009 e 15,0% de toda a importação da economia brasileira (cf. Tabela 2, adiante).

A China deverá superar os EUA como o principal fornecedor de bens ao Brasil, uma vez que em 2010 a diferença entre um país e o outro era de pouco mais de 1,6 bilhão de dólares: EUA, 27,249 bilhões de dólares e a China 25,593, algo em torno de menos de 1,0% entre eles. Ambas as economias já dominavam quase que 30% do comércio de importados brasileiros.

Ainda se observa na referida Tabela que a participação das exportações dos EUA para a economia brasileira vem crescendo, em termos percentuais muito pouco, haja vista que em 2006 eles forneceram para o Brasil 14,850 bilhões de dólares, algo em torno de 15% do total fornecido por todos os demais países e esses valores se elevaram aos 27,2 bilhões de dólares em 2010, com uma participação no total para 16,2%, um crescimento de 83,3% em cinco anos. Por outro lado, a China vendeu em 2006 ao Brasil 7,989 bilhões de dólares, o que correspondeu a 8,7%, de todo o total que foi fornecido ao País pelo resto do mundo e esse valor elevou-se, em 2010, para 25,593 bilhões de dólares, significando naquele ano 14,1% do total que foi fornecido ao Brasil pelos demais países - um crescimento no período de 220,4%.

A Argentina, por conta do Mercosul e pelo atraso industrial dos demais países-membros do bloco, constitui-se no principal fornecedor ao Brasil na América Latina: 14,426 bilhões de dólares em 2010; e naquele ano superou a Alemanha (12,552 bilhões de dólares) em cerca de US\$ 1,8 bilhões. Em 2006, a Argentina exportou para o Brasil cerca de 8,1 bilhões de dólares e era o segundo país exportador para a economia brasileira; sua participação era de 8,8% do total importado pelo Brasil e foi reduzida para 6,9%.

Os maiores destaques no período de 2006 a 2010 ficaram por conta da Alemanha e da Coreia do Sul, quando se nota que o primeiro passou de 6,503 para 12,552 bilhões de dólares, num crescimento de 93% no período; já o país asiático vendeu para o Brasil, em 2006, US\$ 3,106 bilhões e, em 2010, esses valores cresceram 171,2% (8,422 bilhões de dólares). Porém, outro destaque entre os fornecedores ao Brasil está a Nigéria que,

em 2006, exportou 3,885 bilhões de dólares em petróleo e isso significou que da conta “Petróleo e Lubrificantes” daquele ano foi de US\$ 13,005 bilhões, cerca de 30% do total vieram daquele país africano. Em 2010, dos US\$ 29,958 bilhões gastos em importados daquela *commodity*, a Nigéria exportou para o Brasil 5,920 bilhões de dólares, ou quase 20% daquele total (Tabela 2), demonstrando que a política da Petrobras de diversificar suas compras de petróleo e seus derivados parece se concentrar em poucos fornecedores. A escolha da Nigéria pode ser explicada pela proximidade das costas no Atlântico Sul de ambos os países .

6 Um caso exemplar de como se perde competitividade no Brasil

A revista Exame, na sua edição de n. 998, de 24 de agosto de 2011, em artigo de Roberta Paduan, traz um estudo de caso em que fica evidente como uma empresa brasileira perde competitividade, mormente tendo do outro lado da concorrência as empresas chinesas. É o caso da Vulcabras Azaleia, a maior fabricante de calçados e artigos esportivos da América Latina, cujos principais produtos são: Olympikus, Reebok, Azaleia, Dijean, Funny, Opanka e OLK. A empresa global tem fábricas no Brasil e na Argentina, empregando 40 mil e 3 mil funcionários, respectivamente; e com um faturamento 2,2 bilhões e lucro de 121 milhões de reais em 2010.

As 23 fábricas da Vulcabras Azaleia contam com uma tecnologia inovadora que, para produzir a mesma quantidade de calçados que a empresa

consegue, uma concorrente chinesa teria que contratar 30% de empregados a mais do que conta a empresa brasileira. Esses resultados são frutos de uma tecnologia e dos processos utilizados na produção. Sua maior fábrica está localizada na cidade de Horizonte (CE), na região metropolitana de Fortaleza, mesmo sendo considerada como uma das mais modernas do mundo, com toda a tecnologia e produtividade consegue “[...] vencer a diferença de custos entre os calçados brasileiros e os importados da China. Os calçados chineses custam, em média, metade do preço dos fabricados aqui” (PADUAN, 2011, p. 189).

Isso vem refletindo no faturamento da empresa brasileira, que, em 1985, representava 35% e, em 2010, 6%, numa clara demonstração de perda de mercado externo para os produtos chineses. Se não bastasse essa perda de receita com as vendas para exterior, ainda sofre internamente a concorrência dos calçados chineses, que de 2007 para cá cresceram 50% ao ano.

O transporte impacta o preço dos tênis fabricados pela Vulcabras Azaleia de forma bastante significativa. Como o País não dispõe de sistemas de transporte ferroviário nem de cabotagem, a logística impõe o uso do rodoviário, estradas mal conservadas e com constantes ataques de quadrilhas de ladrões que roubam as cargas e muitas vezes assassinam os motoristas dos caminhões.

Para se ter uma ideia do absurdo que é o custo de transporte no País, para se transportar um par de tênis fabricado em sua fábrica em Horizonte

Tabela 2 - Principais países fornecedores ao Brasil – 2006/2010 (em US\$ milhões)

Países	2010	2006	% 2010/09	% 2006/05	Participação %2010	Participação %2006
Estados Unidos	27.249	14.850	35,0	16,5	16,2	15,0
China	25.593	7.989	60,9	50,4	14,1	8,7
Argentina	14.426	8.057	27,9	30,1	7,9	8,8
Alemanha	12.552	6.503	27,2	6,7		
Coréia do Sul	8.422	3.106	74,8	34,5	4,6	3,4
Japão	6.982	3.839	30,1	13,7	3,8	4,2
Nigéria	5.920	3.885	24,4	47,7	3,3	4,3
Itália	4.838	2.570	32,0	13,8	2,7	2,8
França	4.800	2.837	32,7	5,9	2,6	3,1
Índia	4.242	...	93,6	...	2,3	...
Chile	4.091	...	53,0	...	2,3	...
México	3.858	...	38,6	...	2,1	...
Reino Unido	3.155	...	31,0	...	1,7	...
Taiwan	3.104	...	28,7	...	1,7	...
Suíça	2.876	...	39,4	...	1,6	...

(CE) até o centro de distribuição em Jundiaí (SP), uma carreta percorre cerca de 3.200 km e isso acusta para a Vulcabrás Azaleia R\$ 1,11 por par de tênis. Já uma fábrica chinesa gasta R\$ 1,17 com o transporte de um par de tênis do porto de Hong Kong, numa distância de 18.000 km (5,6 vezes mais) até o porto de Santos em São Paulo. E a comparação não para por aí. A energia elétrica paga pelas empresas brasileiras é 2,3 vezes mais cara do que a que é paga pelas indústrias chinesas. No Brasil, um megawatt-hora custa R\$ 329, ao passo que na China custa R\$ 142,00. Não se deve esquecer de que a energia elétrica no Brasil é quase que 100% gerada por hidroelétrica, que é uma das mais baratas do mundo, quando comparadas com as dos demais países industriais.

Finalmente, o custo financeiro para as empresas brasileiras, por conta de uma taxa de juros escorchantemente praticada pelo Bacen, por volta dos 6,7% (taxa de juro real no final de junho de 2011), contra uma das mais baixas taxas de juros do mundo: a chinesa, que no mesmo período não passava de 1% em termos reais.

Por conta de tudo o que foi citado acima, a Vulcabrás Azaleia já está planejando a compra de uma fábrica na Índia, numa tentativa de recuperar a sua competitividade. A ideia é fabricar componentes para equipar os produtos fabricados no Brasil, uma vez que a mão de obra na Índia é mais barata, segundo afirmou Milton Cardozo, presidente da empresa brasileira (PADUAN, 2011). Mas, do jeito que as coisas estão acontecendo no País, é provável que os brasileiros comprem tênis e demais produtos fabricados pela Vulcabrás Azaleia *made in India*.

6 Conclusão

A falta de uma política industrial, não que dê privilégios ao setor, mas condições para competir com as demais potências industriais, mormente a China e os demais países asiáticos, pode levar (e já está levando) o País ao retorno da condição de agroexportador (um retorno aos anos pré-1930), apesar de o País possuir o segundo maior parque industrial das Américas. Não se trata de prever o caos, mas de antecipar o mesmo. No decorrer deste artigo, mostrou-se o quanto foi custoso para a população a montagem de seu parque industrial. Em alguns casos, principalmente durante o PSI, teve que arcar com preços caríssimos de produtos fabricados pela indústria nacional por conta de margens de lucros altíssimas possibilitadas pela

barreira alfandegária brasileira. Aqui não se está defendendo a volta dessas barreiras, pelo contrário, elas se mostraram ineficientes no que diz respeito à qualidade e ao preço de nossos produtos industriais. Como bem disse certa vez o ex-presidente Collor de Mello, o Brasil fabricava verdadeiras “carroças”, referindo-se aos carros fabricados no Brasil, quando comparados aos demais fabricados no mundo industrial, por exemplo. O que se quer do governo federal é uma urgente desoneração dos produtos industriais brasileiros (e também dos serviços), pois ainda se tem um longo caminho a percorrer em infra-estrutura, telefonia, transporte, saúde e educação.

Nos últimos 40 anos passamos de uma média de estudo de 2 para 7,2 anos com nossas crianças com 10 anos ou mais; o analfabetismo recuou de 39% de pessoas com 15 anos ou mais para 9,7% em fins dos anos 2010; a participação percentual das crianças matriculadas no ensino fundamental (de 6 a 4 anos) passou de 51%, em 1967, para cerca de 98%, no final de 2009; o ensino médio ainda não conseguiu uma taxa mais expressiva por conta da evasão dos jovens para o primeiro emprego, entretanto, conseguiu um avanço expressivo, quando saiu dos 39%, em 1967, para 91% em 2009; e no ensino superior, o crescimento foi de 14,1 vezes, uma vez que saiu dos 426 mil matriculados em 1967 para 6,0 milhões em 2009. (LAHÓZ, 2011).

Atualmente, pouco mais de um quarto da população brasileira (26%), ou pouco mais de 49,2 milhões, conta com cobertura de plano de saúde do sistema privado. Mas ainda existem cerca de 140 milhões de brasileiros que dependem unicamente da rede pública - do Sistema Único da Saúde (SUS) (LAHÓZ, 2011). Isto tudo é tese, uma vez que existem grotões nesse país onde só chega a notícia do SUS. Não poderia ser diferente, num país cujos gastos com a saúde não passam de 610 dólares em média por habitante/ano, cuja população disputa 24 leitos hospitalares para cada 10.000 doentes e 1 médico para quase 600 habitantes. O Brasil optou por um sistema de saúde universal, algo muito positivo, pois é incluyente. Mas estamos longe de ter resolvido o problema da saúde, pois a prática mostra que o SUS não atua bem ao ser tanto financiador como prestador de serviços. Um modelo mais eficiente é o do SUS como financiador e como contratante de serviços privados (LAHÓZ, 2011).

Ademais, todo final de ano é um tormento para os brasileiros que pretendem viajar para o interior do País ou mesmo para o exterior: o “apagão” dos aeroportos, como ficou batizado o mau atendimento, a falta de estrutura e os costumeiros atrasos dos voos. É comum uma espera de até quase meia hora para os passageiros desembarcarem das aeronaves, à espera dos ônibus para o traslado até a estação de passageiros, entre muitos outros problemas. No ano de 2010, o movimento de passageiros atingiu o número de 155 milhões em todo o país. Em 2011, de janeiro até outubro, esse número já superava 1680 milhões, num crescimento de 8,4% nos 10 primeiros meses do ano (INFRAERO, 2011). E aqui não se faz menção ao estado péssimo das rodovias públicas, cujo estado de conservação, em 2010, 68% iam de regular a péssimo, ao passo que as que estavam sob a administração privada, 87%, apresentavam bom estado de conservação. (LAHÓZ, 2011)

O Brasil tem um dos serviços de telefonia mais caro do mundo, por conta da carga tributária incidente sobre o mesmo, 42%. Embora a *internet*, em 2010 já fizesse parte das residências de 35 milhões de pessoas no País, menos de 2 milhões contavam com conexões velozes (acima de 8 megabits por segundo) (LAHÓZ, 2011). Com certeza, tendo uma carga tributária mais leve, um custo de logística reduzido a de países concorrentes e um “custo Brasil” zerado, a indústria nacional poderia pagar mais e melhor ao operário brasileiro. Até porque interessa a ela apagar essa ideia de que no capitalismo o operário consome o que ganha e os empresários ganham o que consomem ●

Referências

- ANDRADE, A. C. *Secas e irrigação pública no Nordeste do Brasil*. 1996. 278f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. (mimeo).
- BRESSER PEREIRA, L. C. *Estado e subdesenvolvimento industrializado*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- BRESSER PEREIRA, L. C. *Economia brasileira*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CASTRO, L. B. de. Privatização, abertura e desindexação. In: GIAMBIAGI, F. et al. *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 141-165.
- DALTRO, A. L.; OYAMA, E. Vai ficar mais caro. *Veja*, São Paulo, ed. 2235, a. 44, n. 38, p. 72-73, 21 set. 2011.
- FONSECA, P. C. D. O processo de substituição de importações. In: REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). *Formação econômica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 249.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GALA, P. Formação do Brasil no Atlântico Sul. In: REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). *Formação econômica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 25-57.
- GIAMBIAGI, F. et al. Apêndice estatístico. In: GIAMBIAGI, F. et al. *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 401-418.
- INFRAERO. Movimento operacional da rede Infraero. jan.-out. 2011. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/estatistica-dos-aeroportos.html>>. Acesso em: 22 nov. 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema de Contas Nacionais. Referência 2000. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jul. 2011
- LAHÓZ, A. O mais difícil vem agora. *Exame*, São Paulo, ed. 1000, a. 45, n. 17, 21 set. 2011. p. 62-69
- LAMUCCI, S. A indústria perde competitividade. *Valor Econômico*, 08 jul. 2011. [online]. Disponível em: <<https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/7/8/a-industria-perde-competitividade/>>. Acesso em: 09 jul. 2011.
- LANDES, D. *Wealth and poverty of nations*. New York: W.W. Norton, 1998.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. Balança comercial brasileira: dados consolidados. Brasília: MDIC, 2007.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. Balança comercial brasileira: dados consolidados. Brasília: MDIC, 2011
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. Balança comercial brasileira: dados consolidados. Brasília: MDIC, 2012
- NICOL, R. Pré-requisito da indústria. In: REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). *Formação econômica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 175-224.
- PADUAN, R. Assim, fica difícil competir, mostra o case da Vulcabras Azaleia. *Exame*, São Paulo, ed. 998, a. 45, n. 15, 24 ago. 2011.
- PADUAN, R.; PIMENTA, A.; VETTORAZZO, L. Se for só o começo. *Exame*, São Paulo, ed. 997, a. 45, n. 14, p. 184-188, 10 ago. 2011.
- PINHO, I. Economia brasileira em perspectiva histórica. Disponível em: <http://www.ivanpinho.com.br/downloads/economia_turismo/17417_Economia_e_Turismo_Aula_19_Vol_2.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2011.
- SANDRONI, P. *Dicionário de economia do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SOARES, P. T. P. L. A propósito do chamado processo de substituição de importações. In: REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). *Formação econômica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 282-299.
- SOUZA, J. M. *Economia brasileira*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- TAVARES, M. C.; BELUZZO, L. G. M. *Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- TEIXEIRA JR, S.; NAPOLITANO, G. Nós e a crise. *Exame*, São Paulo, ed. 998, a. 45, n. 15. p. 4-10. 24 ago. 2011.

* Professor do Dept de Ciências Econômicas/UFPI, coordenador do Núcleo de Pesquisa Interinstitucional de Economia Brasileira Contemporânea (NEBRAC), Doutor em História Econômica/USP.